

Apresentação

Editorial

Colunas em destaque

[Direito&Sociedade](#)

[Jurisprudência](#)

[Legislativo em Foco](#)

[Políticas Públicas](#)

[Panorama Internacional](#)

[Panorama Nacional](#)

[Mulheres em Movimento](#)

[Agenda Cultural](#)

Apresentação

A 40ª Edição do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto à todas(os) que queiram colaborar.

Editorial

Uma questão de gênero?

A discussão sobre mulheres na política aumentou consideravelmente no Brasil após a vitória da presidenta Dilma Rousseff, em 2010. Ela foi a primeira mulher a alcançar este cargo em nosso país e, inclusive, reelegeu-se nas eleições do ano passado. Acontece que, como já alertado pelo movimento feminista, a simples eleição de uma mulher ao cargo do poder executivo mais importante do país não é suficiente para que a igualdade de direitos entre homens e mulheres, não só na política, seja de fato efetivada.

Essa discussão voltou à tona após o anúncio dos nomes de quem ocuparia a chefia dos ministérios no segundo mandato da presidenta Dilma. Dos 39 ministérios, apenas 6, aproximadamente 15%, foram assumidos por mulheres, uma diminuição com relação ao mandato anterior, que possuiu nove mulheres no comando de pastas ministeriais. Mesmo que paridade de gêneros na política não seja suficiente para que alcancemos a igualdade material, a representatividade importa. Ou seja, a política continua sendo “coisa de homem”. As decisões mais importantes do poder executivo são tomadas por homens, mesmo que com uma mulher no cargo mais alto. As mulheres precisam ser representadas em todos os poderes para que possamos ser ouvidas. O que sabemos que está bem longe do ideal.

Só para se ter uma idéia, nas eleições de 2014 apenas uma mulher foi eleita governadora – Sueli Campos, do PP, em Roraima. Segundo o Censo do Poder Judiciário de 2014, apenas 21,5% dos desembargadores são mulheres^[1]. Dos 27 senadores eleitos nas eleições de 2014, apenas 5 são mulheres. O problema da falta de representatividade está em

todos os poderes. E, além da falta de mulheres nesses espaços, quando elas o ocupam ainda sofrem com a discriminação, inclusive, de colegas: basta lembrar do episódio de misoginia e apologia ao estupro explícitas protagonizado pelo deputado Jair Bolsonaro contra a também deputada Maria Rosário em 2014.

Mas outra questão importante a ser apontada é que os preconceitos estão ligados. A questão de raça, sexualidade e classe social também devem ser considerados nesse debate. Afinal, se poucas são as mulheres nos cargos de poder do Estado, que dirá a representatividade da mulher negra, da mulher lésbica, da mulher trans, da mulher pobre. Ou seja, mulheres que são atingidas com outras opressões, além do machismo.

É necessário olhar para nossas instituições e perceber que o combate a esses preconceitos é essencial. Além disso, **tudo** é uma questão de gênero. Não podemos nos enganar ao reduzir à questão de gênero apenas a violência doméstica. O machismo permeia todas as nossas relações sociais e todas as nossas instituições: é imprescindível um olhar transversal sobre todas as pautas, que sempre terão um recorte de gênero, como saúde, educação, trabalho, transporte, moradia etc.

Pensando especificamente em nossa instituição, a Defensoria Pública precisa se preocupar com a questão de gênero em todos os seus setores, desde as trabalhadoras terceirizadas, assistidas até as defensoras. Sendo nossa instituição tão avançada e pioneira na defesa dos direitos humanos, não podemos ficar para trás na preocupação com a efetivação dos direitos humanos das mulheres. Temos mais assistidas mulheres do que homens: é necessário pensar o por quê disso. Será que os direitos das mulheres são mais violados? De qualquer maneira, precisamos dar a devida atenção a essas mulheres que tiveram tantos de seus direitos negados por tantas “autoridades”, não podemos, nós, negá-los de novo. Precisamos respeitá-las e encorajá-las a falar. Precisamos, por exemplo, sempre tratar as mulheres trans pelos seus nomes sociais e respeitar o uso do banheiro feminino por elas. Precisamos nos preocupar se nossas estagiárias, defensoras, oficiais, trabalhadoras da limpeza estão sofrendo violações de seus direitos. Precisamos ter paciência com nossas assistidas em situação de violência, que muitas vezes não conseguem verbalizar o que estão sofrendo, e por isso precisam de conversa e encorajamento para que tenham voz. Dentre tantas outras atitudes que não podemos perder de vista.

Precisamos de educação em direitos. Precisamos também de educação em gênero. Precisamos admitir que sem capacitação, nossos profissionais e políticos continuarão tratando mulheres como cidadãs de segunda classe. Precisamos também pensar na representatividade e na reforma política, para que, com mais mulheres no poder, nossos gritos possam ecoar.

Thamiris Evaristo Molitor, estagiária de direito do NUDEM.

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

“ Mulher e o transporte público ”

Quando se propõe tarifa zero, pensa-se a partir de uma perspectiva de direito à cidade, enquanto sujeitos que reconstróem cotidianamente a cidade, devemos ter pleno acesso a ela, a seus locais de cultura, lazer, estudos e até para nos organizarmos politicamente necessitamos deste acesso. Este direito à cidade por conta da mercantilização do transporte público só é dado plenamente à quem possui transporte próprio – ainda que tenha suas problemáticas devido a longos engarrafamentos e trânsito lento, que é resultado direto do foco de investimento do poder público no transporte individual, ao invés do transporte público – usuárixs do transporte público, que são sobretudo da classe trabalhadora, têm acesso restrito a cidade, principalmente, pelo deslocar-se estar atrelado ao ter ou não dinheiro.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Jurisprudência

“Homem é condenado por atentado violento ao pudor contra cunhada”

O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou sentença da Comarca de Ribeirão Pires que condenou um homem por atentado violento ao pudor praticado contra sua cunhada, que na época dos fatos tinha 13 anos de idade. O crime ocorreu em 2007, antes da edição da Lei nº 12.015/2009, que deu nova redação a artigos do Código Penal e alterou a tipificação do atentado violento ao pudor para estupro. O réu teria atacado a cunhada no meio da noite, beijando-a e tocando-a a força.

A defesa pretendia impugnar a palavra da vítima e pedia a absolvição, sob a alegação de insuficiência de provas, no entanto a 9ª Câmara de Direito Criminal negou provimento ao recurso. O relator do caso, desembargador Roberto Solimene, destacou em seu voto que a palavra das vítimas é de crucial importância nesse tipo de delito, ainda mais quando apoiada por outra prova testemunhal.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Homem que estuprou portadora de debilidade mental é condenado”

Um réu terá de cumprir a pena de 7 anos de reclusão, inicialmente no regime fechado, pela prática do crime de estupro de vulnerável. A vítima é portadora de debilidade mental. A sentença condenatória foi proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho (RO). Caso queira, a defesa poderá impetrar recurso junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Segundo consta nos autos, no dia 4 de fevereiro de 2014, o réu, aproveitando-se do momento em que a vítima estava sozinha em casa, pulou a janela do quarto e, mediante violência, obrigou a adolescente praticar atos

sexuais. Conforme foi apurado, o sentenciado era conhecedor da debilidade mental da menina, pois a conhecia a mais de seis meses.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Justiça autoriza prisão domiciliar para detenta cuidar da filha adolescente em Joinville”

Uma detenta de Joinville ganhou o direito de cumprir o restante da pena em prisão domiciliar numa decisão assinada nesta quarta-feira pelo juiz titular da Vara de Execução Penal, João Marcos Buch. Pelas circunstâncias em que o benefício foi permitido, trata-se de uma decisão que pode ser inédita na Justiça joinvilense.

Isto porque a apenada não está grávida, não tem mais de 80 anos de idade, não é debilitada e nem tem de cuidar de criança com menos de seis anos ou deficiente, conforme prevê a Lei de Execuções Penais. O que fundamentou o direito à prisão domiciliar, segundo anotou o magistrado, foi a comprovação de que a mulher precisa cuidar da filha, de 14 anos de idade.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Lewandowski cita direito internacional para liberar detenta grávida a cumprir pena em casa”

RIO - A grávida Renata Gonçalves Cardoso, de 24 anos, presa preventivamente por tráfico de drogas, conseguiu ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de cumprir pena em casa. A decisão é do presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que, ao conceder o benefício, considerou tanto a gestação avançada da presa — de nove meses — quanto sua condição de cardiopata. Ontem, o tribunal enviou à Penitenciária Feminina da cidade de São Paulo um ofício, determinando a imediata transferência de Renata à prisão domiciliar. A decisão tem validade apenas para esse caso, mas uma lei — geralmente ignorada — garante à gestante presa preventivamente o direito de passar os últimos três meses de gravidez em casa, independentemente de sua condição de saúde.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Tribunal condena homem acusado de agredir ex-companheira”

Decisão da 4ª Câmara de Direito Criminal do TJSP manteve sentença da Comarca de Cruzeiro que condenou um homem acusado de agredir a ex-companheira. Ele cumprirá pena de 4 meses e 2 dias de detenção, em regime semiaberto, e pagará indenização de um salário mínimo à vítima.

De acordo com os autos, vítima e réu mantinham união estável e tinham três filhos. À época da agressão, eles estavam separados havia dois anos – o réu encontrava-se detido em um estabelecimento prisional e a vítima mantinha relacionamento com outra pessoa, o que teria provocado a ira dele. Graças a contato telefônico, policiais militares chegaram à casa da mulher, que apresentava uma ferida no rosto. Ela informou que o agressor se encontrava na casa de sua mãe, onde foi preso em flagrante. Na delegacia, o homem confirmou a violência, mas a negou em juízo, alegando que havia acontecido um acidente doméstico.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

“Congresso ainda precisa regulamentar direitos das trabalhadoras domésticas”

(**Câmara Notícias 13/01/2015**) Proposta que estipula os percentuais de pagamentos de tributos pelo patrão e pelo empregado e detalha as regras para regime de plantão e trabalho noturno, entre outros pontos, está pronta para votação no Plenário da Câmara. Aprovada pelo Congresso Nacional em abril de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das Domésticas – e virou a Emenda Constitucional 72 – estendeu ao empregado doméstico direitos assegurados aos demais trabalhadores.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Deputadas se unem para atuar em bloco contra o machismo na Câmara”

As deputadas brasileiras eleitas no ano passado decidiram mudar a estratégia de atuação na Câmara para fazer frente ao novo Congresso eleito, ainda mais conservador que o anterior, que assumirá no próximo mês. Elas prometem votar unidas, de forma independente de seus partidos quando necessário, em temas delicados para a aprovação no Plenário e de grande importância para os direitos das mulheres.

A próxima legislatura contará com 51 deputadas, um pequeno aumento em relação ao grupo eleito em 2010 (45), quando o Brasil apareceu no posto de número 156 do ranking de 188 países que considera a representação feminina no Parlamento feito pela União Interparlamentar. Apesar de o número mal chegar aos 10% do total de deputados da Câmara (513), esse grupo de mulheres têm representatividade parecida ou maior do que, por exemplo, quatro partidos importantes: PSDB (54 eleitos), PSD (37), DEM (22) e PSB (34).

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Estudantes da USP e da Esalq depõem à CPI na Alesp e revelam dramas pessoais após estupros e impunidade dos agressores”

“Nada não está tão ruim que não possa piorar”. É essa a impressão a cada novo depoimento na CPI aberta na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para investigar violações de direitos humanos no ensino superior estadual. Mais três depoimentos de estudantes da USP e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) foram colhidos pela comissão nesta quinta-feira (8) e sexta-feira (9) e um pesquisador procurou explicar do que se tratam os trotes.

no Brasil Post por Thiago de Araújo

No caso da USP, duas alunas da Faculdade de Medicina da instituição (FMUSP) – a mesma dos casos denunciados que deflagraram a CPI na Alesp e uma investigação do Ministério Público – falaram de estupros sofridos em 2004 e 2011, respectivamente, ambos em eventos da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz. Ambas sofrem com os traumas e com a impunidade dos envolvidos até hoje.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Governo quer lei tipo Maria da Penha para criminalizar homofobia, lesbofobia e transfobia”

(O Globo, 13/01/2015) O governo pretende aprovar uma legislação, nos moldes da Lei Maria da Penha, que criminalize agressões contra homossexuais, lésbicas e transsexuais. A ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, anunciou, nesta terça-feira, que o governo deverá enviar um projeto ao Congresso com essa previsão, ou aproveitar a lei que criminaliza a homofobia, em tramitação no parlamento, e apensar outra proposta. A Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006 e aumentou o rigor das punições aos homens que agredem física ou psicologicamente uma mulher ou a esposa.

— É sem dúvida nenhuma um dos maiores compromissos do governo, acabar com a violência e o preconceito. Pretendemos aprovar uma lei a similaridade da Lei Maria da Penha para criminalizar a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. Ninguém pode morrer, seja um jovem, um negro, uma mulher, um homossexual, uma lésbica ou transsexual por qualquer identidade que assuma – disse a ministra Menicucci em seu discurso. Sua recondução ao cargo – ela já era ministra da Pasta – se deu num evento no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). A ministra discursou em cima de um banquinho, para ficar na altura do microfone.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Políticas Públicas

“Juventude e SPM lançam livro Jovens mulheres e políticas públicas”

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) lançaram recentemente o livro “Jovens mulheres e políticas públicas”, com artigos sobre a construção de políticas voltadas para o público de 15 a 29 anos. A publicação apresenta também as principais reivindicações e demandas das mulheres jovens.

O livro é o resultado do trabalho conjunto da SPM e da SNJ, a partir da criação, em 2011, do grupo de trabalho Jovens Mulheres, num esforço para que 25 milhões de brasileiras de diferentes classes sociais, raças, etnias e territórios se tornassem prioridade nas políticas públicas brasileiras. A iniciativa foi concretizada pelo Plano Plurianual 2012-2015, que prevê ações de autonomia, inclusão social e produtiva e da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Ministério da Saúde e ANS publicam regras para estimular parto normal na saúde suplementar”

(Portal da Saúde, 06/01/2015) Operadoras terão que disponibilizar informações para a gestante e orientar médicos para uso do partograma. O Ministério da Saúde e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicam nesta quarta-feira (7/1) resolução que estabelece normas para estímulo do parto normal e a consequente redução de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar. As novas regras ampliam o acesso à informação pelas consumidoras de planos de saúde, que poderão solicitar às operadoras os percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais por estabelecimento de saúde, por médico e por operadora. As informações deverão estar disponíveis no prazo máximo de 15 dias, contados a partir da data de solicitação. Atualmente, 23,7 milhões de mulheres são beneficiárias de planos de assistência médica com atendimento obstétrico no país, público-alvo dessas medidas. As regras foram apresentadas pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e os diretores da ANS nesta terça-feira (6/1), em Brasília, e passam a ser obrigatórias em 180 dias.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres será extinta no Amazonas”

Criada em 2011 pelo então prefeito Amazonino Mendes (PDT), a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres até hoje, passados quatro anos, nunca saiu do papel e nem deve sair. A reforma administrativa em curso na Prefeitura de Manaus deverá enterrar de vez a proposta. A pasta foi mantida na reforma que o atual prefeito Artur Neto (PSDB) fez no início do seu mandato, em 2013.

Segundo o secretário de Governo, Márcio Noronha, “o momento não é propício para o aumento de secretarias”. Ele afirmou que a área não ficará desassistida com as mudanças na estrutura da prefeitura. “As funções da Secretaria da Mulher estão sendo discutidas amplamente e devem ser acumuladas por outra secretaria. Não necessariamente vai ser criada uma secretaria e sim uma estrutura para cuidar dessas políticas relacionadas à mulher”, disse Noronha, por telefone.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Internacional

“Conferência da ONU pede aos homens que defendam os direitos das mulheres”

(Yahoo Notícias – 14/01/2015) Uma conferência sobre igualdade de gênero começa nesta quarta-feira na ONU com o objetivo de conseguir que os homens se comprometam na promoção dos direitos das mulheres.

O encontro, organizado pela Islândia, leva embaixadores e autoridades das Nações Unidas a conversar sobre o que poderiam fazer os homens para deter a violência contra as mulheres e avançar na igualdade de gênero.

A Islândia, o primeiro país europeu que teve uma mulher presidente, pensou inicialmente em convidar exclusivamente homens para a conferência, mas por conta de críticas resolveu abrir algumas a agenda para mulheres também.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Jornal de Israel apaga foto de líderes femininas”

Outra polêmica envolvendo as fotos dos líderes foi promovida por um dos principais jornais ultraortodoxos de Israel. O jornal The Announcer (“HaMevaser”) apagou as imagens das líderes femininas que participaram do protesto em Paris.

Entre as mulheres que foram omitidas na fotografia estão a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, a primeira-ministra da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, e a alta representante da União Europeia para Política Externa e Segurança, Federica Mogherini. Quem primeiramente notou a omissão foi o site de notícias israelense Walla (veja aqui as imagens, original e editada.)

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“O pequeno grupo das mulheres que lideram países”

A diplomata Kolinda Grabar-Kitarovic se tornou a primeira mulher presidente da Croácia ao vencer as eleições do último domingo com uma margem pequena de votos. Hoje, já não é tão surpreendente ver uma mulher vencendo eleições presidenciais, mas apenas 10% dos governos mundiais são chefiados por mulheres. Veja quais são estes governos no mapa e conheça suas líderes:

A primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro na Jamaica foi eleita em 2006, mas ficou apenas um ano no cargo. Ela voltou ao poder nas eleições de 2011. Simpson-Miller cresceu em um gueto em Kingston. Ela apoia um rompimento com a monarquia britânica e acha que é chegada a hora de a Jamaica ter seu próprio presidente.

Para ler na íntegra : [clique aqui](#)

Panorama Nacional

“ Direitos LGBT: do que os militares têm medo? ”

A cada mês, de quatro a cinco militares denunciam abusos homofóbicos ao Instituto Ser de Direitos Humanos e da Natureza, cuja função é combater a homofobia nas Forças Armadas. A informação é do fundador do instituto, o ex-sargento do Exército Fernando Alcantara Figueiredo, que já sentiu na pele o preconceito da instituição. Figueiredo ficou famoso após deixar o Exército, segundo ele, motivado pelo preconceito contra gays. Seu caso remonta a 2008, ano em que ele assumiu seu relacionamento gay com o também militar Laci Marinho de Araújo, posteriormente acusado de deserção e expulso da corporação. Os dois confirmaram o relacionamento meses antes do processo contra Laci e acreditam que suas saídas do Exército tenham sido motivadas por homofobia.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Estudantes da Faculdade de Medicina da USP relatam abusos físicos, ameaças e até sequestros em CPI da Alesp”

Financiado parcialmente por ex-alunos, hoje médicos formados, o Show Medicina, promovido por veteranos da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAAOC), é palco de uma série de abusos e condutas de humilhação e violência. É o que relataram alunos aos deputados que conduzem a CPI que investiga violações de direitos humanos no ensino superior estadual na Assembleia Legislativa (Alesp).

Para quem não conhece, o Show Medicina trata-se de um espetáculo teatral com veteranos e calouros da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). Segundo depoimentos de estudantes, o show é cercado de trotes, misoginia, machismo e quebra total dos direitos humanos. Os incidentes de humilhação são vários, envolvendo violência física, sexual e até mesmo sequestros.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“ Mulheres relatam ‘saga’ e frustração até o parto normal ”

(O Estado de S. Paulo, 10/01/2015) Elas contam que foram intimidadas e pressionadas para optar pela cesárea; Ministério da Saúde faz novas regras para mudar quadro

A opção pelo parto normal transformou a gravidez da empresária Lilian Cardoso, de 31 anos, em uma peregrinação por consultórios médicos. Só no sétimo mês de gestação, após consultar quatro profissionais, ela encontrou uma obstetra disposta a respeitar sua vontade. Mesmo sem ter nenhuma contraindicação para o parto natural, Lilian ouviu de três médicos que a cesárea seria a melhor opção, independentemente do seu quadro de saúde.

Leia mais: Com novas regras, planos de saúde não precisam pagar cesarianas agendadas (Agência Brasil, 10/01/2015)

Assim como ela, outras mulheres dizem ter se sentido intimidadas ou pressionadas pelos médicos a optarem pela intervenção cirúrgica no parto. Na terça, o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciaram medidas para tentar barrar a alta na taxa de cesarianas no Brasil, a maior do mundo. Na rede particular, ela chega a 84,5% dos partos, quando o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de apenas 15%.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Pais trabalham meio período enquanto esperam vaga em creche”

Ela tentou procurar uma creche particular, mas os preços na região onde mora, na Casa Verde, zona norte, chegavam a R\$ 500, mais da metade do salário que recebe por mês, de R\$ 750. “Eu tive o meu bebê cedo. Para dar uma vida melhor para ele, preciso trabalhar muito. Já enfrentei dias em que não tinha com quem deixá-lo e tive de faltar ao trabalho”, conta. A ansiedade para encontrar uma vaga é tanta que Raquel anda com o protocolo da inscrição na creche na bolsa. “Olho o sistema de vagas de creche todo dia para ver se a vaga dele saiu. Ele ainda está na posição 40 da fila”, explica. “As mães que entram na Justiça conseguem fazer a matrícula, mas eu trabalho e não tenho tempo para recorrer, vou ter de esperar.”

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

“Sindicância conclui que aluna da USP sofreu abuso sexual”

SÃO PAULO - O diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), José Costa Auler, disse nesta quinta-feira, 15, em CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo, que foi concluída uma nova sindicância sobre o caso de uma aluna que denunciou ter sido estuprada em 2013, em uma festa organizada por estudantes da instituição. No parecer da comissão que apurou o caso, ficou concluído que houve abuso sexual e os dois alunos envolvidos deverão ser punidos. Os alunos acusados poderão ser expulsos - um é estudante do sexto ano e outro já terminou o curso e está em processo de residência. Na primeira sindicância feita no ano passado na faculdade, os professores da comissão afirmaram que a relação sexual havia sido consensual. Em depoimento nesta quinta-feira na CPI das Universidades, a aluna do 5.º de Medicina, de 22 anos, que pediu para não ser identificada, acusou a comissão de ter forjado seu relato sobre o caso.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres em Movimento

“Definida a data para Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver 2015”

(Marcha da Mulheres Negras, 11/01/2015) O Comitê Nacional Impulsor da Marcha de Mulheres Negras 2015, reunido em Brasília nos dias 10 e 11 de janeiro, definiu a alteração de data de realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver para 18 de novembro de 2015, na capital federal.

A mudança de data é decorrente da avaliação das organizações que integram o comitê nacional sobre:

- o recrudescimento do racismo e sexismo e o avanço de forças conservadoras e neoliberais no Estado e na sociedade civil;
- a composição de uma agenda contínua de enfrentamento à violência racial e patriarcal em todos os espaços que se façam necessários com respostas contundentes e sistemáticas do movimento de mulheres negras em âmbito local, regional e nacional;
- novas interlocuções políticas que demandam novas estratégias de combate ao racismo e ao sexismo.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Agenda Cultural

15 sites para baixar livros gratuitamente

Confira as opções de leitura gratuita.

1. Universia – Reúne mais de 1.000 arquivos, incluindo biografias de cineastas, textos científicos sobre comunicação e clássicos da literatura universal.
2. Open Library – Projeto que pretende catalogar todos os livros publicados no mundo, já tem 1 milhão de títulos disponíveis para download. Podem ser encontrados livros em cerca idiomas.
3. Brasiliana – O site da Universidade de São Paulo (USP) disponibiliza cerca de 3000 mil livros para download de forma legal. Há livros raros e documentos históricos, manuscritos e imagens.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Grupo de leitura

Martha Lopes 06/01/2015 programação

No dia 15 de janeiro, às 18h, damos início ao nosso grupo de leitura sobre o livro “O Segundo Sexo – Vol. 1”, de Simone de Beauvoir. Os encontros são quinzenais e acontecem até 26 de março. Em cada um deles, discutiremos 50 páginas do livro.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

O livro “Feminismos e masculinidades” está disponível para download

Sinopse

Esta obra discute as causas da violência masculina contra a mulher e propõe uma reflexão sobre as novas práticas que rompam com esse padrão comportamental. Além de vasta apresentação de dados empíricos, os textos coligidos retratam experiências realizadas com homens “em situação de violência”, constituindo um relato que interessa a homens, a mulheres, ao grupo LGBT, enfim, a todos os comprometidos com a construção de relações humanas equitativas.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Filme -Cidade do Silêncio

Graças ao Tratado de Livre Comércio empresas do mundo inteiro montaram fábricas no México, na fronteira com os Estados Unidos. Com mão-de-obra barata e isenção de impostos, estas companhias fabricam produtos a baixo custo, que são vendidos nos Estados Unidos. Nas mais de mil fábricas de Juarez um televisor é fabricado a cada três segundos e um computador a cada sete. As fábricas contratam mulheres, que aceitam salários menores e reclamam menos dos expedientes longos e condições ruins de trabalho. Muitas fábricas operam 24 horas por dia. Muitas mulheres são atacadas a caminho do trabalho ou de casa, tarde da noite ou no início das manhãs. As companhias não garantem a segurança dos funcionários e várias mulheres foram mortas em Juarez. Com este quadro o editor-chefe do Chicago Sentinel, George Morgan (Martin Sheen), envia para lá a repórter Lauren Adrian (Jennifer Lopez), que não queria fazer a matéria e só concordou em ir pois, se fizer um bom trabalho, terá chance de ser correspondente estrangeira.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

Filme – Livre

Sinopse e detalhes:

Não recomendado para menores de 16 anos

Após a morte de sua mãe, um divórcio e uma fase de autodestruição repleta de heroína, Cheryl Strayed (Reese Witherspoon) decide mudar e investir em uma nova vida junto à natureza selvagem. Para tanto, ela se aventura em uma trilha de 1100 milhas pela costa do oceano Pacífico.

Para ler na íntegra: [clique aqui](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção

[e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate \[nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br\]\(mailto:nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br\)](#)

^[1] CUNHA, José Ricardo et al. Mulheres incriminadas por aborto no RJ: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT09%20Sa%20FAd%20e%20sociedade/MULHERES%20INCRIMINADAS%20POR%20ABORTO%20NO%20RJ%3B%20DIAGN%20D3STICO%20A%20PARTIR%20DOS%20ATORES%20DO%20SISTEMA%20DE%20JUSTI%20C7A%20-%20%20Trabalho%20completo.pdf>>. Acesso em: outubro de 2014.

^[2] CLARO, Larissa. *Índice de mortalidade materna em negras é 7,4 vezes maior*. Portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/indice-de-mortalidade-materna-em-negras-e-74-vezes-maior/#axzz3HLphQLCV>>. Acesso em: outubro de 2014.

^[3] REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE (RFS). *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*. 2001.

^[4] ANDALAFT NETO, Jorge; ARAÚJO, Maria José Oliveira; BARSTED, Leila Linhares. *Políticas públicas para o aborto seguro: reflexões para uma prática*. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, mar.2005.

^[1] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em 21.1.15.

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 10 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233/238

Cep.: 01014-001 São Paulo, SP

home page: www.defensoria.sp.gov.br

e-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

© 2015 Microsoft

[Termos](#)

[Privacidade e cookies](#)

[Desenvolvedores](#)

[Português \(Brasil\)](#)